

Iraque

Valsa a dois tempos

Maria do Rosário de Moraes Vaz

Desarmar o Iraque, isto é, garantir que não tem nem terá armas de destruição em massa, é um objectivo comum da comunidade internacional, em que a Europa e os países da região estão solidamente unidos. A França, defendendo o que deveria ser a posição europeia, opôs-se a que este objectivo compartilhado fosse trocado por uma intervenção militar para derrubar o regime ditatorial de Saddam Hussein, ao arrepio do Conselho de Segurança e que contraria o interesse da paz e da segurança regional e internacional.

Há universal unanimidade quanto à vantagem para a segurança internacional e regional de garantir o desarmamento do Iraque. Não é aqui que residem as divergências entre alguns Estados europeus, como a França e a Alemanha, e os Estados Unidos. As divergências são suscitadas quando, por virtude da estratégia preventiva americana, o debate desliza para a discussão dos méritos relativos de uma operação para apelar o ditador Saddam Hussein ou de saber se o Iraque deve ou não ser punido militarmente por não cumprir a exigência, reiterada em doze resoluções do Conselho de Segurança, de neutralização de armas ou programas de armas que lhe estão proibidos. Ou seja, alteram-se imperceptivelmente as regras do jogo. É útil lembrar quais são as exigências essenciais expressamente feitas ao Iraque, cujo cumprimento escrupuloso determina o fim das sanções.

Trata-se em primeiro lugar não de desarmar o Iraque, mas de o privar de armas de destruição em massa, ou seja, de destruir por completo as armas químicas e bacteriológicas que eventualmente não tenham sido destruídas pela Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) até finais de 1998, e de garantir que não houve entretanto fabrico ou aquisição de outras, e de neutralizar quaisquer veleidades de o Iraque se dotar de um programa nuclear, tarefa esta confiada à Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). Trata-se igualmente de destruir ainda a capacidade ofensiva iraquiana de qualquer tipo, mesmo convencional, eliminando mísseis de alcance superior a 150 quilómetros.

Quando se fala, muito justamente, de incumprimento sistemático das resoluções das Nações Unidas por parte do Iraque, é o desarmamento, nos moldes sumariamente descritos, que está em causa. A expulsão da UNSCOM em finais de 1998, antes que se tivesse podido dar por cumprida a sua missão, não permite saber se todas as armas proibidas foram realmente destruídas, nem, obviamente, garantir que não tenha havido tentativas ulteriores de as adquirir e obter efectivamente. Daí que parem dúvidas legítimas e não certas quanto ao armamento proibido que o Iraque possui de facto e seja imprescindível, tanto em nome da segurança e da paz na região como em nome da credibilidade das Nações Unidas, verificar se há ou não armamento proibido e garantir à UNMOVIC, sucessora da UNSCOM, todas as condições materiais que permitam, em caso afirmativo, proceder à sua completa destruição, bem como obter garantias seguras de que programas semelhantes não voltarão a ser prosseguidos. Quanto ao resto — devolução dos bens confiscados ao Kuwait, indemnizações de guerra (das quais o Iraque já pagou 13 mil milhões de dólares) não foram levantadas objecções de maior, e também na questão dos prisioneiros há progressos a registar.

A França considerou a guerra a pior das soluções para forçar o Iraque a consentir na destruição do arsenal proibido, «na eventualidade da sua existência», que nunca considerou provada e cuja verificação deixa inteiramente ao cuidado da UNMOVIC e da IAEA. Embora uma nova resolução, em dois tempos e não em forma de ultimato, não fosse considerada indispensável para o regresso dos inspectores já aceite pelo Iraque, aceitar que ela exista ancora mais fortemente os Estados Unidos à vontade colectiva do Conselho de Segurança, e pode proporcionar melhores condições para que os inspectores levem a cabo a sua tarefa.

Não é alheia à posição de Paris a feroz oposição — em público e em privado — que os regimes árabes têm feito à eventualidade de um ataque americano. Duramente criticados pela habitual duplicidade entre o discurso para consumo interno e o que dizem em privado aos políticos ocidentais, os dirigentes árabes estão desta vez a dizer praticamente a mesma coisa a uns e a outros, embora com diferentes tonalidades. Temem que uma intervenção militar contra o Iraque venha desequilibrar ainda mais em vez de ajudar a aquietar os problemas de segurança na região. Temem ainda as consequências do avolumar o anti-americanismo que grassa na região, acirrado pelo contraste entre o apoio de Washington a Israel e a sua posição belicosa contra o Iraque, para a sua própria sobrevivência.

A decisão do governo americano de recorrer ao Conselho de Segurança para legitimar uma eventual intervenção militar é em si mesma uma vitória da posição europeia, que a França tem representado melhor que ninguém, em parte por virtude de ter assento permanente do Conselho de Segurança – e ter o mesmo poder de veto, pelo menos em teoria, que os Estados Unidos –, em parte por não ter posto inteiramente de parte a ameaça do uso da força para impor ao Iraque os ditames das Nações Unidas, de que Washington se fez subitamente tão insistente guardião e intérprete. Tivesse a França recusado desde o início como eventualidade, ainda que indesejável, o uso da força militar, e os Estados Unidos teriam provavelmente recusado jogar sequer no tabuleiro do Conselho de Segurança, e feito a vontade a Donald Rumsfeld, que afirma publicamente que as decisões importantes que afectam os Estados Unidos não devem ser tomadas por colectivos. Uma segunda vitória, é que a nova resolução não contemplará o automatismo da resposta militar, ao contrário do que pretendia a administração americana.

Em relação ao eventual uso da força, num segundo tempo, a posição francesa diferiu da posição alemã, injustamente interpretada como uma posição eleitoralista por ceder a um suposto pacifismo atávico, e mesmo qualificada como anti-americana. O governo alemão rejeitou liminarmente uma intervenção militar contra o Iraque, com ou sem autorização do Conselho de Segurança. Garantiu que neste último caso a Alemanha estaria fora de qualquer coligação, e recusaria além disso o apoio financeiro que oferecera em substituição da participação na guerra do Golfo de 1991.

A União Europeia não tem, para além dos votos piedosos, qualquer posição quanto ao Iraque, para além da exigência de cumprimento das resoluções, que exige aliás, com igual ineficácia, de outros países. Está demasiado dividida, como também é hábito, entre posições irreconciliáveis – entre o seguidismo espanhol, disposto a tudo para fazer valer a sua «relação privilegiada» com os Estados Unidos, e a recusa de princípio, liminar, da Alemanha em considerar o emprego da força contra o Iraque. O Reino Unido, embora tenha uma preferência marcada pela autorização do Conselho de Segurança, ainda que automática, por demasiado próximo da posição americana e coloca-se nesta questão «fora da Europa». A sua acção dentro do Conselho de Segurança — e fora dele — tem consistido sobretudo em tornar mais aceitável a posição do governo americano. Esta não espelha porém, ao contrário do que sempre se pretende fazer crer, a posição da América. Há também a «outra América», pensante e livre de ideias fixas, em que a Europa e a França se revêem.

Para a União Europeia, é fundamental que o respeito das decisões do Conselho de Segurança das Nações seja garantido por todos os seus membros, e designadamente pelos Estados Unidos. A credibilidade das Nações Unidas, que o regime iraquiano, tal como o israelita e variadíssimos outros, pôs persistentemente em causa joga-se em duas frentes: na imposição, em último recurso pela força, das suas decisões, mas igualmente no próprio respeito dessas decisões. Se for o Conselho de Segurança a alterá-las *en cours de route*, por forma a colocar em incumprimento um dado país, faça ele o que fizer, a sua credibilidade fica tão abalada, ou mais, como pela incapacidade de as fazer cumprir. A valsa, por enquanto a dois tempos, está começada. O que importa é que o terceiro tempo seja o desarmamento do Iraque pelos meios que a comunidade internacional, e não o membro mais poderoso do Conselho de Segurança, decidir que melhor serve a finalidade da paz regional e mundial.